

Visita do Papa é “risco” e PGR pede reforço de meios

Jornada Mundial da Juventude decorre durante as férias judiciais, quando estão menos procuradores a trabalhar

Inês Barha
ines.barha@jn.pt

RECOMENDAÇÃO A procuradora-geral da República (PGR), Lucília Gago, considera que a presença do Papa Francisco em Portugal, durante a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), “constitui por si um fator de risco” e, por isso, recomendou aos dirigentes regionais do Ministério Público (MP) que reforcem a “capacidade de resposta” nos “turnos das férias judiciais” coincidentes com os eventos, em Lisboa e, à partida, Fátima.

A JMJ – que atrairá mais de um milhão de pessoas, portuguesas e estrangeiras – decorre de 1 a 6 de agosto, enquanto as férias judiciais, um dos períodos do ano em que os magistrados podem tirar férias e durante as quais só há tramitação de processos urgentes, vão de 16 de julho a 31 de agosto.

“Todo o contexto que envolve os eventos que decorrerão naquele período tornam possível e previsível o aumento de ocorrências atentatórias de segurança de pessoas e bens, em regra associadas à concentração de multidões”, salienta, na



GEARIBO SANTOS / GLOBAI IMAGES

Lucília Gago emitiu na terça-feira a recomendação

recomendação emitida anteontem, Lucília Gago, acrescentando que tal impõe que o MP “preveja e programe o reforço” da sua “capacidade de resposta”.

O objetivo é que o organismo, titular da ação penal, possa reagir de forma “célebre, adequada, eficaz e articulada” ao “possível acréscimo de situações de conflitualidade e criminalidade”.

CRIME E CRIANÇAS

Além da adoção de medidas para reforçar os meios nas férias judiciais, “em particular nas jurisdições criminal e de família e crianças”, a PGR apela ainda a que seja garantida a articulação com

juízes, órgãos de polícia criminal e Ordem dos Advogados para assegurar a agilização de processos sumários e inquirições para memória futura, entre outros procedimentos, e a “presença de defensores em número que permita assegurar a realização das diligências”.

A “identificação da disponibilidade de intérpretes”, igualmente indispensáveis em diligências com cidadãos não falantes de português, é outra das orientações da líder máxima do MP.

O apelo à “salvaguarda de resposta” é também dirigido ao departamento central do MP, que investiga a criminalidade transnacional. ●